

**BRUNO MIRAGEM
LUIZA PETERSEN**

DIREITO DOS SEGUROS



REVISTA, ATUALIZADA
E AMPLIADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 05.09.2023
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Miragem, Bruno

Direito dos seguros / Bruno Miragem, Luiza Petersen. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-880-1

1. Seguros – Legislação – Brasil. I. Petersen, Luiza. II. Título.

23-85976

CDU: 347.764(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DOS SEGUROS.....	1
1. Formação histórica do contrato de seguro e sua regulação jurídica.....	5
1.1. Antecedentes históricos na Antiguidade.....	5
1.2. O tratamento do risco no direito romano.....	6
1.3. O surgimento do seguro a prêmio.....	7
1.4. Formação do moderno contrato de seguro.....	9
1.5. O contrato de seguro e as companhias seguradoras.....	11
1.6. Panorama histórico-evolutivo da disciplina jurídica do seguro.....	12
1.6.1. O direito francês.....	12
1.6.2. O direito alemão.....	13
1.6.3. O direito inglês.....	15
1.6.4. O direito português.....	16
1.7. A evolução histórica do seguro no direito brasileiro.....	18
1.7.1. O Código Comercial de 1850.....	19
1.7.2. O Regulamento Murinho e o Decreto 5.402, de 1903.....	20
1.7.3. O Código Civil de 1916.....	22
1.7.3.1. Influência do Código do Cantão de Zurique.....	22
1.7.3.2. Estrutura e conformação do tipo contratual.....	26
1.7.4. A regulação e supervisão dos seguros no Brasil.....	29
1.7.5. O contrato de seguro no Código Civil de 2002.....	32
2. O direito dos seguros no âmbito das disciplinas jurídicas.....	34
2.1. Direito dos seguros e as disciplinas jurídicas de direito público.....	34
2.1.1. Direito constitucional.....	34
2.1.2. Direito administrativo.....	35
2.1.3. Direito tributário.....	36
2.1.4. Direito processual civil.....	36
2.1.5. Direito penal e processual penal.....	37
2.1.6. Direito da seguridade social.....	37
2.1.7. Direito internacional.....	38

2.2.	Direito dos seguros e as disciplinas jurídicas de direito privado.....	39
2.2.1.	Direito civil.....	39
2.2.2.	Direito empresarial.....	39
2.2.3.	Direito do consumidor.....	40
3.	Bases técnicas da operação de seguros.....	41
3.1.	Risco e seguro.....	41
3.1.1.	Risco e suas múltiplas acepções.....	42
3.1.2.	Elementos do conceito de risco.....	44
3.1.3.	Risco, atividade securitária e contrato de seguro.....	45
3.1.4.	Diferentes abordagens do risco no seguro.....	46
3.2.	Risco e atividade securitária.....	48
3.2.1.	Gerenciamento do risco e técnica securitária.....	48
3.2.2.	Fundamentos da técnica securitária.....	49
3.2.2.1.	Mutualidade.....	50
3.2.2.2.	Técnica atuarial.....	51
3.2.3.	Técnicas securitárias complementares.....	52
3.2.3.1.	Dispersão dos riscos.....	52
3.2.3.2.	Pulverização dos riscos.....	52
3.2.3.3.	Capitalização com emissão de Letra de Risco de Seguro....	53
3.2.3.4.	Reservas técnicas.....	55
3.2.3.5.	Classificação e seleção dos riscos.....	56
3.2.3.6.	Controle da exposição do interesse ao risco.....	57
3.2.4.	Pressupostos técnico-econômicos do risco.....	58
3.2.5.	Técnica securitária e cálculo do prêmio.....	60
3.2.6.	Método securitário disruptivo.....	61
4.	A intervenção do Estado na atividade securitária.....	62
5.	Seguro e política econômica.....	64
PARTE II – FONTES DO DIREITO DOS SEGUROS.....		65
1.	Importância de sistematização das fontes do direito dos seguros.....	65
2.	Constituição da República.....	68
3.	Decreto-lei 73/1966.....	69
4.	Código Civil.....	70
5.	Código Comercial.....	72
6.	Código de Defesa do Consumidor.....	74
7.	Outras leis esparsas.....	75
8.	Normas administrativas regulatórias.....	76
9.	Usos e costumes.....	77
10.	Autorregulação setorial.....	78
11.	Jurisprudência.....	80

PARTE III – DIREITO INSTITUCIONAL DOS SEGUROS	83
1. O Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP)	83
1.1. A Política de Seguros Privados	84
1.2. Os integrantes do Sistema Nacional de Seguros Privados	84
1.2.1. Conselho Nacional de Seguros Privados	84
1.2.2. Superintendência de Seguros Privados	85
1.2.3. Sociedades seguradoras	87
1.2.3.1. Provisões técnicas	88
1.2.3.2. Autorização	88
1.2.3.3. Ramos de seguro	89
1.2.3.4. Planos de seguro e seu registro	91
1.2.4. Resseguradores	92
1.2.5. Corretores habilitados	94
2. Regulação e supervisão da atividade securitária	97
2.1. Regulação da atividade securitária e intervenção do Estado no domínio econômico	101
2.2. Conformação da competência regulatória	102
2.3. Supervisão da atividade securitária	106
2.4. Autorregulação na corretagem de seguros	107
3. O processo administrativo sancionador no Sistema Nacional de Seguros Privados	107
3.1. Os tipos de infração e a dosimetria da sanção	109
3.2. Do inquérito administrativo e do processo administrativo sancionador	109
4. Proteção do consumidor na atividade securitária	111
4.1. Proteção do consumidor segurado na formação do contrato	113
4.2. Proteção do consumidor segurado na execução do contrato	115
PARTE IV – DIREITO MATERIAL DOS SEGUROS	121
1. Garantia	121
1.1. Garantia no direito das obrigações	122
1.2. Garantia no contrato de seguro	124
1.3. Garantia como causa do contrato de seguro	126
1.3.1. Conceito de causa contratual	126
1.3.2. Teorias explicativas da causa no seguro	129
1.3.2.1. Teoria indenitária	129
1.3.2.2. Teoria da necessidade eventual	131
1.3.2.3. Teoria dualista	131
1.3.2.4. Teorias do risco	132

1.3.2.5.	Teoria da transferência do risco.....	132
1.3.2.6.	Teoria da pré-eliminação da álea	132
1.3.2.7.	Teoria da garantia.....	133
1.4.	Garantia como obrigação do segurador.....	133
2.	Risco.....	135
2.1.	Características do risco no contrato de seguro.....	136
2.1.1.	Risco como evento possível.....	136
2.1.2.	Risco como evento adverso.....	138
2.1.3.	Risco como evento não intencional.....	140
2.1.4.	Risco como evento predeterminado.....	142
2.1.4.1.	Funções da predeterminação do risco.....	144
2.1.4.2.	Técnicas de predeterminação do risco	144
2.1.4.3.	Limites à predeterminação do risco.....	146
2.2.	Ausência de risco no contrato de seguro	149
2.3.	Risco na formação do contrato de seguro	150
2.4.	Risco na eficácia do contrato de seguro.....	151
3.	Interesse segurável	152
3.1.	Caráter relacional do interesse segurável.....	157
3.2.	Interesse segurável como interesse legítimo.....	158
3.3.	Titularidade do interesse.....	160
3.4.	Ausência de interesse.....	161
4.	A boa-fé.....	161
4.1.	O seguro como contrato de máxima boa-fé (<i>uberrimae fidei</i>).....	162
4.2.	Boa-fé na história do direito dos seguros	163
4.3.	Boa-fé no direito dos seguros brasileiro.....	167
4.4.	Conteúdo da boa-fé no contrato de seguro.....	168
4.5.	Eficácia da boa-fé no contrato de seguro.....	171
4.5.1.	Boa-fé na formação do contrato de seguro	171
4.5.1.1.	Boa-fé e deveres de informação.....	171
4.5.1.2.	Boa-fé e seleção do risco (recusa, cláusulas de exclusão)....	174
4.5.2.	Boa-fé na execução no contrato de seguro.....	175
4.5.2.1.	Boa-fé e alteração do risco.....	175
4.5.2.2.	Boa-fé e sinistro.....	176
4.5.2.3.	Boa-fé e regulação do sinistro	177
4.5.2.4.	Boa-fé e adimplemento da garantia.....	178
4.5.2.5.	Boa-fé e adimplemento do prêmio.....	179
4.5.2.6.	Boa-fé e revisão do contrato.....	181

4.6.	Boa-fé na extinção do contrato de seguro	181
4.6.1.	Boa-fé e resolução.....	181
4.6.2.	Boa-fé e resilição	182
4.7.	Boa-fé e sub-rogação	183
PARTE V – ESTRUTURA E FORMAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURO.....		185
1.	O tipo contratual	185
2.	As posições jurídicas do contrato.....	187
2.1.	Segurador	187
2.2.	Tomador.....	188
2.3.	Segurado.....	189
2.4.	Beneficiário.....	189
3.	Modalidades do contrato.....	190
3.1.	Seguros de dano e de pessoas.....	190
3.1.1.	Seguro de dano.....	192
3.1.1.1.	Transmissão da posição contratual	197
3.1.1.2.	Sub-rogação	198
3.1.1.3.	O seguro de responsabilidade civil	202
3.1.2.	Seguro de pessoas	206
3.1.2.1.	Garantia no seguro de pessoas	207
3.1.2.2.	Modalidades.....	209
3.1.2.3.	Seguros com finalidade de reembolso	211
3.1.2.4.	Seguro sobre a própria vida e sobre a vida de outrem.....	211
3.2.	Seguro por conta própria e à conta de outrem.....	215
3.3.	Seguro em favor próprio ou de terceiro.....	216
3.4.	Seguros individuais e seguros em grupo	216
4.	Características do contrato de seguro.....	222
5.	A contratação mediante condições gerais. Contrato de adesão.....	225
5.1.	Conteúdo do contrato: condições gerais, condições especiais e condições particulares	227
5.2.	O seguro como contrato de adesão.....	228
5.3.	Contrato de adesão e seguro de grandes riscos	231
6.	O prêmio.....	233
7.	Formação do contrato.....	235
7.1.	Requisitos de validade do contrato.....	236
7.1.1.	Capacidade do agente.....	236

7.1.2.	Licitude, possibilidade e determinação do objeto.....	237
7.1.3.	Forma prescrita ou não defesa em lei.....	241
7.2.	Declaração inicial do risco.....	242
7.2.1.	Fundamento e função.....	243
7.2.2.	Assimetria informativa.....	243
7.2.3.	Formação da vontade negocial e da base econômica do contrato...	245
7.2.4.	Natureza jurídica.....	247
7.2.5.	Conteúdo e extensão.....	248
7.2.6.	Efeitos do descumprimento.....	252
8.	Cosseguro.....	256
9.	Resseguro.....	256
9.1.	Espécies de resseguro.....	258
9.2.	O denominado resseguro financeiro.....	259
10.	Retrocessão.....	259
PARTE VI – EFICÁCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURO.....		261
1.	Alteração do risco.....	261
1.1.	Funções da disciplina da alteração do risco no seguro.....	262
1.1.1.	Preservação da base econômica do contrato.....	262
1.1.2.	Sanção ao ato doloso do segurado.....	264
1.2.	Efeitos da alteração relevante do risco.....	265
1.2.1.	Obrigação de comunicar o agravamento.....	266
1.2.2.	Revisão do prêmio ou resolução do contrato.....	268
1.2.3.	Perda do direito à garantia.....	269
1.3.	Pressupostos da alteração relevante do risco.....	271
1.3.1.	Dimensão considerável.....	272
1.3.2.	Superveniência à celebração do contrato.....	273
1.3.3.	Caráter extraordinário.....	274
1.3.4.	Caráter duradouro: limites e distinções.....	275
1.4.	Pressupostos específicos do agravamento intencional do risco.....	276
1.4.1.	Intencionalidade do ato.....	276
1.4.2.	Imputabilidade ao segurado.....	278
1.4.3.	Relação causal: limites e distinções.....	279
2.	Regulação do sinistro.....	280
2.1.	Função da regulação do sinistro.....	281
2.1.1.	Qualificação do evento como sinistro garantido.....	282

2.1.2.	Determinação do valor a indenizar ou do capital segurado a ser pago.....	282
2.1.3.	Adoção de medidas de salvamento e atenuação dos danos	284
2.2.	Natureza jurídica da regulação do sinistro.....	285
2.2.1.	Regulação do sinistro como dever acessório do segurador	285
2.2.2.	Consensualidade da regulação do sinistro e seus limites.....	286
2.3.	Estrutura da regulação do sinistro.....	288
2.3.1.	Modo da regulação do sinistro.....	289
2.3.2.	Tempo da regulação do sinistro.....	293
2.4.	Deveres dos contratantes e dos terceiros.....	295
2.4.1.	Deveres dos contratantes e dos terceiros interessados.....	296
2.4.2.	Deveres do regulador do sinistro.....	299
3.	Prescrição na relação jurídica de seguro.....	301
3.1.	Fundamentos da prescrição na relação jurídica de seguro	302
3.2.	Prazos prescricionais.....	304
3.3.	Termo inicial do prazo prescricional da pretensão contra o segurador em caso de sinistro	307
3.4.	Regras gerais sobre prescrição e sua aplicação à relação jurídica de seguro ...	312
PARTE VII – NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS REPERCUSSÕES NO SEGURO.....		317
1.	Seguro e inteligência artificial	317
1.1.	Inteligência artificial e novas técnicas de gerenciamento do risco e contratação	319
1.1.1.	Modelo disruptivo de mensuração do risco	320
1.1.2.	Novos modelos de oferta e contratação.....	322
1.2.	Inteligência Artificial e obrigação de garantia do segurador.....	323
1.2.1.	Função preventiva da garantia e Inteligência Artificial	323
1.2.2.	Novos riscos e produtos decorrentes da Inteligência Artificial...	325
2.	Repercussões da Inteligência Artificial na estrutura do contrato de seguro.....	327
2.1.	Inteligência Artificial na formação e eficácia do contrato de seguro.....	328
2.1.1.	Processamento de dados pessoais e os direitos e deveres dos contratantes	328
2.1.2.	Automatização do contrato e os direitos e deveres dos contratantes.....	330
2.2.	Gerenciamento ético do risco e livre desenvolvimento da personalidade ...	332
2.2.1.	Direito à privacidade: limites ao processamento de dados pessoais	333
2.2.2.	Liberdade para agir: limites ao controle da exposição ao risco	334

2.2.3.	Vedação à discriminação injusta: limites à discriminação algorítmica	335
3.	Seguro e tratamento de dados pessoais.....	337
3.1.	Tratamento de dados pessoais como técnica inerente ao seguro	339
3.1.1.	Coleta de dados pessoais pelo segurador.....	341
3.1.2.	Processamento de dados pessoais pelo segurador	343
3.2.	Hipóteses que autorizam o tratamento de dados pelo segurador.....	344
3.2.1.	Consentimento do segurado titular dos dados	345
3.2.2.	Finalidades que legitimam o tratamento de dados.....	346
3.3.	Princípios que regulam o tratamento de dados pelo segurador	347
3.3.1.	Boa-fé	348
3.3.2.	Finalidade, adequação e necessidade.....	348
3.3.3.	Livre acesso, transparência e qualidade dos dados.....	350
3.3.4.	Segurança e prevenção	351
3.3.5.	Não discriminação	352
3.3.6.	Responsabilização e prestação de contas.....	355
4.	Direitos do segurado e proteção dos dados pessoais	356
4.1.	Direitos do segurado titular dos dados pessoais.....	356
4.1.1.	Confirmação, acesso e correção dos dados.....	356
4.1.2.	Anonimização, portabilidade e eliminação dos dados.....	357
4.1.3.	Informação sobre o compartilhamento e o direito de não consentir.....	358
4.1.4.	Revogação do consentimento.....	359
4.2.	Proteção de dados sensíveis do segurado.....	359
4.2.1.	Hipóteses que autorizam o tratamento de dados sensíveis.....	361
4.2.2.	Uso compartilhado de dados sensíveis e seleção do risco.....	363
4.3.	Responsabilidade do segurador pelo tratamento indevido de dados.....	364
	BIBLIOGRAFIA.....	367